

# O GOVERNO GEORGE W. BUSH E O RELACIONAMENTO EUA-AMÉRICA LATINA

Carlos da Fonseca

Durante a campanha eleitoral de 1999, o candidato republicano George W. Bush, então governador do Texas, prometeu devolver à América Latina o lugar devido entre as prioridades da agenda internacional americana. Seu compromisso entusiasmou muitos líderes do continente<sup>1</sup>, além de uma leva de acadêmicos «latino-americanistas» que, havia anos, queixava-se do descaso estadunidense em relação aos vizinhos do sul. Como se sabe, no entanto, não apenas essa promessa não se cumpriu como, paradoxalmente, foi durante a gestão de Bush que o distanciamento entre os EUA e a região atingiu um de seus piores momentos.

Em boa medida, esse afastamento deveu-se à política externa do próprio Bush. A condenação ao unilateralismo de sua «doutrina», e à invasão do Iraque em particular, foram unânimes. O Presidente americano, que prometera aproximar-se da América Latina, tornou-se um dos mais impopulares na história da região. Suas duas viagens por países latino-americanos, realizadas em 2005 e 2007<sup>2</sup>, foram marcadas por manifestações cuja virulência evocou o mal fadado *good will tour* de Richard Nixon que, em 1958, foi insultado por estudantes em Montevideú, apedrejado em Lima e atacado por uma multidão em Caracas.

Bush não foi, no entanto, responsável único por essa situação. Seu período na presidência americana coincidiu com a culminação de uma série de fatores estruturais que contribuíram para erodir a influência dos EUA na região. A rejeição à «doutrina Bush» e o esfriamento das relações hemisféricas foram apenas parte de um processo que se vinha esboçando há anos.

O objetivo deste artigo é avaliar o relacionamento entre Estados Unidos e América Latina durante o Governo de George W. Bush. Em particular, procurar-se-á identificar as diferentes determinantes conjunturais e estruturais do processo de «distanciamento hemisférico», e a conseqüente erosão da influência americana na região. Serão também avaliadas as perspectivas para esse relacionamento nos próximos anos, com a eleição de um novo governo americano, democrata ou republicano.

## A «DOCTRINA BUSH» E O DISTANCIAMENTO HEMISFÉRICO

Acusa-se freqüentemente George W. Bush de negligência contumaz e «contaminação ideológica» na relação com os vizinhos do Sul. A queixa não é nova, e já foi dirigida à maioria de seus antecessores imediatos, especialmente Bill Clinton e George H. W. Bush<sup>3</sup>. No seu caso, entretanto, a acusação soou mais alto em razão das expectativas criadas durante a campanha eleitoral de 1999.

Ao contrário de seu pai<sup>4</sup>, ao assumir a presidência Bush contava com pouquíssima experiência internacional. Sua vivência nessa área resumia-se aos anos à frente do governo do Texas, estado vizinho do México. Essa circunstância, somada ao interesse republicano em conquistar votos da comunidade latina e à declarada «humildade» da agenda internacional do candidato<sup>5</sup>, conduziram sua assessoria a anunciar programa de política externa articulado em torno de uma plataforma prioritariamente hemisférica.

Assim, em mais de uma ocasião durante a campanha, Bush afirmou que, caso eleito, faria com que a América Latina fosse «algo mais do que uma vaga lembrança» na política externa de seu país. Ao vencer, manteve-se coerente com o discurso e, rompendo com a tradição, fez do México o destino de sua primeira visita internacional. Na ocasião, formulou o desejo de tornar o século XXI «o século das Américas», e o México «o parceiro mais importante dos EUA».

Um ano depois de sua posse, no entanto, a região havia desaparecido por completo dos «radares de Washington». O pouco que se fez em relação a ela no primeiro mandato pautou-se pela velha «agenda cubana», cuja carga ideológica evocava a ofensiva anti-comunista de Reagan, possivelmente a última batalha da Guerra Fria. Não por acaso, os dois primeiros secretários assistentes para Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado foram veteranos do anticomunismo: Otto Reich, cubano-americano que se envolvera, nos anos de 1980, com o episódio Irã-Contras, e Roger Noriega, ex-assessor de Jesse Helms.

A explicar essa mudança invoca-se, sobretudo, o 11 de Setembro. Segundo Guy Poitras<sup>6</sup>, «a ênfase em segurança da política externa americana depois dos ataques terroristas marginalizou a América Latina aos olhos do Governo americano». Ademais, essa securitização, ao projetar neoconservadores e «jacksonianos»<sup>7</sup> entre os principais formula-

dores da política externa americana, garantiu a ideólogos anticubanos, como Reich e Noriega, papel destacado na condução da política para a América Latina.

De certa maneira, a implementação da chamada «doutrina Bush» correspondeu, no plano global, ao que a «doutrina Monroe»

DE CERTA MANEIRA, A IMPLEMENTAÇÃO DA CHAMADA «DOCTRINA BUSH» CORRESPONDEU, NO PLANO GLOBAL, AO QUE A «DOCTRINA MONROE» HAVIA SIDO, SÉCULO E MEIO ANTES, NO PLANO HEMISFÉRICO.

havia sido, século e meio antes, no plano hemisférico. Assim, não chegou a chocar os países da região a afirmação unilateral do poder americano e a expansão global de sua missão<sup>8</sup>, outrora limitada a corrigir os «crônicos erros»<sup>9</sup> latino-americanos, ou ensinar

seus habitantes a «eleger homens bons»<sup>10</sup>. O anacronismo da iniciativa, no entanto, e seu rápido fracasso, contribuíram para alienar países historicamente próximos dos EUA. Nas palavras de Daniel Erikson<sup>11</sup>, «se a intenção da doutrina Bush era elevar a doutrina Monroe a um plano mais elevado, então podemos considerar que o resultado foi o de esmagar os fundamentos originais desta última».

A reação americana aos ataques, em especial, criou um hiato nas prioridades hemisféricas. «O que os EUA viam como mais importante não era o que a América Latina via como mais importante. A decisão de invadir o Iraque foi quase unanimemente condenada pelos vizinhos do Sul. As motivações americanas pareciam torpes, «confusas ou guiadas pela sede de petróleo»<sup>12</sup>. Chile e México, aliados considerados incondicionais, negaram o voto autorizando a invasão no Conselho de Segurança<sup>13</sup>. Apenas quatro países da região somaram forças à «Coalition of the Willing» (Guatemala, República Dominicana, Honduras e El Salvador). Após os atentados de Madrid (Março de 2004), apenas El Salvador se manteve fiel ao compromisso.

Segurança e terrorismo não foram os únicos fatores a explicar o distanciamento americano em relação à maioria dos países da região. A paralisação das negociações para criação de uma Área de Livre Comércio das Américas e a estratégia americana de optar por uma série de acordos bilaterais, em cuja negociação a superpotência teria melhores condições de fazer valer seu peso relativo (Chile, Peru, Panamá, países da CAFTA<sup>14</sup>, etc.), favoreceu o que Stephen Johnson<sup>15</sup> classifica como uma tendência ao «engajamento tático», de natureza reativa e estabelecido caso a caso – por oposição a uma «agenda estratégica», proativa e pensada para a região como um todo.

A percepção desse distanciamento mobilizou a comunidade de «latino-americanistas» nos EUA. Nos primeiros quatro anos de mandato de Bush, a lista de reclamações foi extensa: com relação à crise política no Equador, os EUA «olharam para o outro lado enquanto a democracia morria»<sup>16</sup>. Na Bolívia, a «negligência não tão benigna» de Washington contribuiu diretamente para a «violência desestabilizadora que surgiu no coração da América do Sul»<sup>17</sup> e derrubou o Governo de Sánchez de Lozada. No que se refere à crise econômica argentina, os EUA «mantiveram-se distantes enquanto seu aliado extra-OTAN implodia»<sup>18</sup>. Durante a fracassada tentativa de golpe contra Hugo Chávez, o Governo Bush mostrou «grau inédito de indiferença»<sup>19</sup>.

De modo geral, artigos publicados por esses acadêmicos salientavam que, depois do 11 de Setembro, «a inércia tomou conta da política americana para o Hemisfério Ocidental»<sup>20</sup>; «a região virtualmente desapareceu do radar do governo»<sup>21</sup>; «Washington efetivamente perdeu interesse na América Latina»<sup>22</sup>. Resultado desse déficit de atenção, as relações EUA-América Latina «deterioraram-se seriamente» e encontravam-se «em seu ponto mais baixo desde a II Guerra Mundial»<sup>23</sup>. Como consequência, a região enfrentava «crises sucessivas»<sup>24</sup>, «governos populistas» elegiam-se em grande número<sup>25</sup>, o antiamericanismo crescia (Falkoff), e China e Europa ocupavam espaços<sup>26</sup>. A manter-se essa situação, os EUA terminariam por «perder a América Latina»<sup>27</sup>.

Durante o segundo mandato de Bush (2005-2008), uma série de circunstâncias e iniciativas mudou para melhor o relacionamento com a região.

A partir de 2004, o desgaste político provocado pela «doutrina Bush», acentuado pelos problemas no Iraque, levaram a um esgotamento do neoconservadorismo como fonte ideológica da política externa americana. A isso se somou a derrota nas eleições legislativas de 2006, que retirou dos republicanos a iniciativa política no Congresso. Novos temas e uma nova postura impuseram-se à agenda internacional dos EUA. Uma atitude menos ideológica, mais pragmática e construtiva, passou a marcar a diplomacia norte-americana, como ficou visível em processos como a negociação «hexapartite» com a Coreia do Norte e a Conferência de Annapolis sobre o conflito no Oriente Médio.

Essa atitude de «renovado realismo»<sup>28</sup> coincidiu com a substituição, no Departamento de Estado, de Colin Powell por Condoleezza Rice. Com a nova secretária, Thomas Shannon assumiu o lugar antes ocupado por Noriega. O novo secretário assistente para Assuntos Hemisféricos, diplomata de carreira, ex-assessor para América Latina do Conselho de Segurança Nacional, oferecia perfil renovado e, sobretudo, moderado para o cargo.

O relacionamento com a América Latina beneficiou-se com essa nova postura. Merecem destaque, nesse sentido, a redução da escalada retórica com a Venezuela, crescente desde a tentativa de golpe de 2002, bem como a atitude menos agressiva, embora ainda desconfiada, para com o novo Governo cubano. Além disso, uma série de temas novos elevou o perfil da região do ponto de vista dos *policy makers* americanos.

Entre outros, vale mencionar a negociação de acordos comerciais bilaterais que, embora conducentes a um «engajamento tático», segundo a análise de Johnson, levaram o Congresso americano (onde alguns desses acordos aguardam ratificação) a discutir os benefícios de TLC para a economia americana e, sobretudo, a importância de uma parceria com a América Latina. Foi igualmente importante o papel do Executivo estadunidense no debate sobre a nova lei de imigração, que previa, em sua versão mais progressista, apoiada por Bush, a regularização da situação de boa parte dos 12 milhões

de imigrantes latinos ilegais. A preocupação com a segurança energética foi outro fator de relativa aproximação com a América Latina, na medida em que levou a propostas de adoção de políticas públicas inspiradas em modelos como o do etanol brasileiro<sup>29</sup>. Finalmente, teve alguma repercussão a discussão, entre políticos e acadêmicos americanos, de temas como a cultura afro-latina e as gangues na América Central, de particular interesse de grupos como o Black Caucus e a bancada da Califórnia no Congresso.

Não obstante essa nova postura e as iniciativas acima, as promessas de 1999 não foram cumpridas. A região permaneceu periférica na agenda de prioridades dos EUA, fato

A PREOCUPAÇÃO COM A SEGURANÇA ENERGÉTICA FOI OUTRO FATOR DE RELATIVA APROXIMAÇÃO COM A AMÉRICA LATINA, NA MEDIDA EM QUE LEVOU A PROPOSTAS DE ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSPIRADAS EM MODELOS COMO O DO ETANOL BRASILEIRO.

que, de alguma maneira, foi «reciprocado» pelos países da região, para os quais os EUA crescentemente deixavam de ser a «nação indispensável» profetizada por Madeleine Albright.

### **UM DISTANCIAMENTO HEMISFÉRICO «ESTRUTURAL»**

De fato, muito embora a política externa do Governo Bush tenha contribuído para o distanciamento entre EUA e América Latina, é preciso salientar que esse processo não foi obra exclusiva do lado americano. Uma série de fatores decorrentes das dinâmicas política e econômica da região tornou-a a um tempo mais independente e refratária à histórica influência americana. Alguns desses principais fatores foram:

1. A ascensão de governos «de esquerda» na região<sup>30</sup>: a reação inicial dos EUA a esse fenômeno foi de alarme, com cartas circulando no Congresso, alertando sobre o perigo de um novo «Eixo do Mal»<sup>31</sup>, e uma intensa campanha que buscou reavivar os programas da Voice of America, desaparelhada desde o fim da Guerra Fria. Com o passar do tempo, ficou claro que o «Eixo» era uma simplificação alarmista de neoconservadores e antigos *cold warriors*, e o Governo americano terminou por acomodar-se com a situação. No entanto, o fenômeno teve impacto real no processo de distanciamento hemisférico. A maioria dos novos governos desenvolveu agenda externa marcada por grande independência em relação aos EUA. Em alguns casos extremos (Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, sobretudo), o eixo central dessa agenda foi o antagonismo em relação à superpotência<sup>32</sup>.

2. O novo impulso de integração regional: desde a década de 1990, iniciativas de integração regional vêm sendo ensaiadas na América Latina. Nos últimos anos, no entanto, esse impulso ganhou novo fôlego, especialmente na América do Sul. De 2002 para cá, somaram-se a agremiações tradicionais, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (que atravessa momento difícil), arranjos novos, de cunho mais político, como a União das Nações da América do Sul (UNASUL), cujo tratado constitutivo foi firmado em Maio de 2008; a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA), iniciativa venezuelana que integra, além desse país, Bolívia, Nicarágua, Cuba e Dominica; e, mais recentemente, o Conselho Sul-Americano de Defesa, proposto pelo Brasil, e cuja constituição estará sendo discutida no âmbito da UNASUL, cuja presidência caberá, no segundo semestre de 2008, ao Chile. No plano comercial, a multiplicação de acordos de complementação econômica (ACE) entre países da região, firmados no marco da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)<sup>33</sup>, estabeleceu uma virtual zona de livre comércio latino-americana. No plano financeiro, discute-se, finalmente, a criação do Banco do Sul, órgão de fomento regional com sedes na Venezuela, Bolívia e Argentina. A maioria dessas iniciativas envolve unicamente países sul-americanos. Em alguns casos, estados da América Central e do Caribe (como a ALBA). Países da América do

Norte, em especial dos EUA, mas também México e Canadá, estão ausentes desses mecanismos<sup>34</sup>.

3. O debate sobre um novo modelo de inserção internacional do Caribe: há, naquela região, uma grande frustração em relação a arranjos regionais tradicionais, como o CARICOM<sup>35</sup>, além da percepção de que modelos de inserção do passado, fundados em um relacionamento privilegiado com os EUA e as antigas colônias européias, já não atendem as necessidades presentes. Países como República Dominicana, Cuba, Jamaica, Suriname e Guiana lideram esse processo de diversificação de relações comerciais e diplomáticas caribenhas. O movimento vai em direção a uma aproximação com a América do Sul, especialmente com países como Brasil e Venezuela, que desempenham papel de crescente importância política e econômica naquela região<sup>36</sup>.

4. O crescente distanciamento comercial entre EUA e América Latina: os Estados Unidos continuam entre os principais parceiros econômico-comerciais da América Latina. A superpotência é o principal destino das exportações e procedência das importações da maioria dos países da região, como mostra a tabela abaixo.

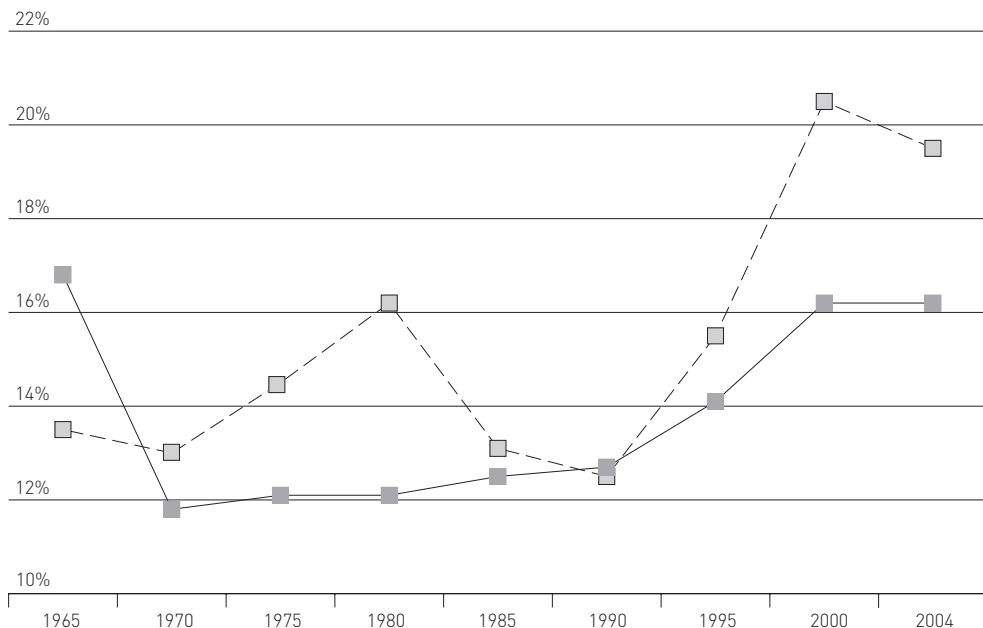
**Tabela 1** > Participação dos EUA no comércio exterior de países latino-americanos

	Exportações	Importações
Argentina	8,9% (3.º lugar)	12,6% (2.º lugar)
Bolívia	10,8% (2.º lugar)	9,1% (4.º lugar)
Brasil	17% (1.º lugar)	16,2% (1.º lugar)
Chile	15,6% (1.º lugar)	15,6% (1.º lugar)
Colômbia	35,% (1.º lugar)	26,8% (1.º lugar)
México	84,7% (1.º lugar)	50,9% (1.º lugar)
Paraguai	n.d.	6,4% (5.º lugar)
Peru	24,1% (1.º lugar)	16,5% (1.º lugar)
Uruguai	12,1% (2.º lugar)	8,2% (3.º lugar)
Venezuela	46,2% (1.º lugar)	30,6% (1.º lugar)

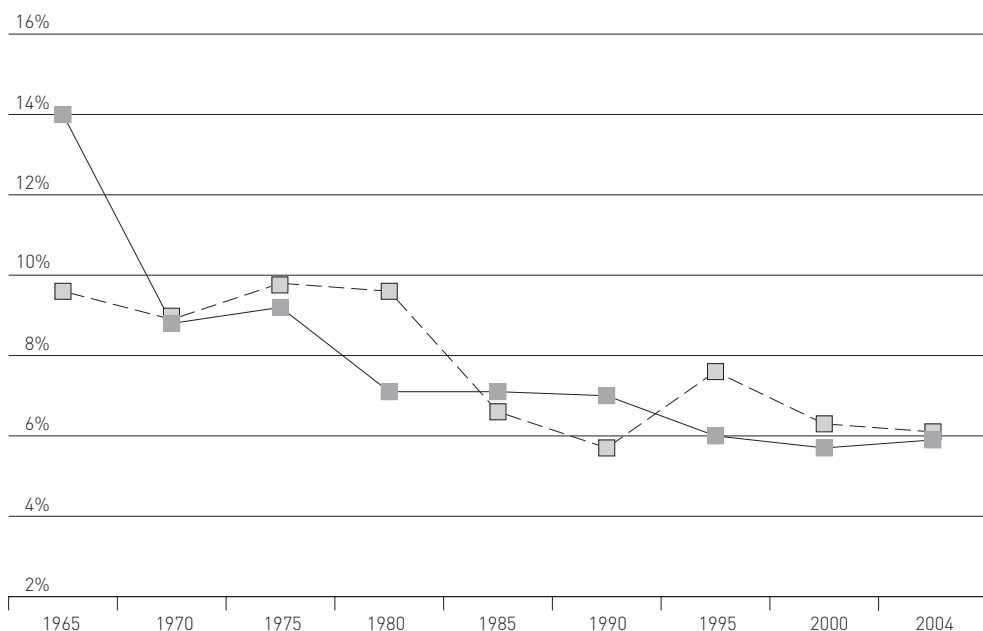
Fonte: CEPAL.

No entanto, com a exceção do México, destino de 12,9 por cento das exportações americanas e origem de 10,4 por cento de suas importações, os países latino-americanos pouco pesam no comércio dos EUA. Os gráficos abaixo deixam clara essa situação. A se descontar o comércio com o México (NAFTA), o intercâmbio comercial entre EUA e América Latina vem declinando nos últimos anos.

### Participação dos países latino-americanos no Comércio dos EUA



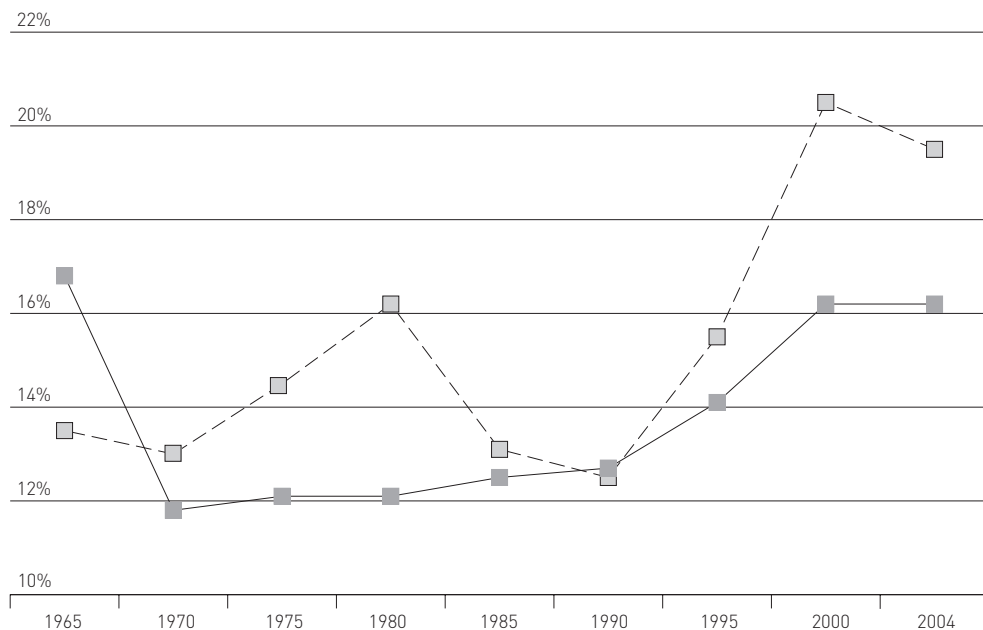
### Participação dos países latino-americanos no Comércio dos EUA (sem México)



Fonte: U. S. Statistical Abstract.

Igualmente declinante é a curva da participação da região no investimento estrangeiro direto (IED) dos EUA, que passou de cerca de 20 por cento em 2000 para menos de 15 por cento em 2006 (um terço dos quais vão para o México).

Participação dos países latino-americanos no Comércio dos EUA



Fonte: U. S. Statistical Abstract.

5. O surgimento de «concorrências hegemônicas» na região: uma das manifestações mais visíveis do distanciamento entre EUA e América Latina é o estabelecimento de parcerias estratégicas com países cujos interesses são freqüentemente concorrentes aos norte-americanos – fenômeno que, impensável alguns anos atrás, estaria forjando um «novo ambiente geopolítico» e contribuindo para uma «maior independência» da região<sup>37</sup>. Em particular, chama a atenção para a aproximação com a China<sup>38</sup>, cujo Presidente, Hu Jintao, realizou em 2004 visita de três semanas por Brasil, Argentina, Chile e Cuba (mais tempo do que todas as visitas de Bush somadas). A importância do episódio não passou despercebida em Washington. Um sem-número de publicações americanas especularam sobre a «ameaça chinesa ao flanco Sul da América», objeto, desde então, de várias audiências no Congresso e de dois encontros entre Thomas Shannon e o Governo chinês (em 2006 e 2007).



## **AVALIANDO AS PERSPECTIVAS DO RELACIONAMENTO HEMISFÉRICO**

Como se viu acima, os anos de Governo Bush corresponderam ao culminar do processo histórico de distanciamento entre os EUA e grande parte dos países latino-americanos. Não obstante algumas iniciativas construtivas nos últimos anos, esse afastamento, que tem explicações estruturais, agravou-se em grande medida por causa da securitização da agenda internacional americana após o 11 de Setembro.

Esse quadro de distanciamento crescente preocupa parte do *establishment* político americano às vésperas da eleição presidencial de Novembro. Não são poucos os acadêmicos, políticos e grupos de interesse a oferecer «conselhos ao futuro presidente». Em particular, merece registo o documento «US-Latin America relations: A new direction for a new reality» (2008), do Council on Foreign Relations, que reconhece o fim da hegemonia norte-americana na região<sup>39</sup> e recomenda a reformulação da agenda hemisférica em torno de quatro eixos principais (pobreza e desigualdade, segurança, migração e segurança energética) e no sentido de uma maior cooperação com organismos multilaterais.

Não obstante tais esforços, é pouco provável que o próximo Governo americano possa (ou mesmo queira) reverter essa tendência de distanciamento.

De fato, como identificaram Michael Schifter<sup>40</sup>, Susan Kaufman<sup>41</sup> e Peter Hakim<sup>42</sup>, qualquer que venha a ser o novo Presidente, constrangimentos de natureza doméstica farão com que os principais temas de interesse latino-americano, especialmente a lei de imigração, os acordos comerciais e o fim dos subsídios agrícolas tenham difícil encaminhamento nos EUA.

No primeiro caso, ambos, McCain e Obama, defendem, em princípio, uma reforma ambiciosa da lei de imigração, no sentido esperado pela comunidade latina dos EUA<sup>43</sup>. Entretanto, é pouco provável que a atual legislação sofra alterações substanciais, em vista não-somente das preocupações em matéria de segurança, como também da atual recessão econômica – que faz com que os imigrantes sejam vistos, crescentemente, como ameaça ao emprego dos americanos.

Nos segundo e terceiro casos, John McCain tem defendido de forma consistente a ratificação de acordos e a redução de subsídios. Barack Obama, por seu lado, tem mostrado a ambigüidade típica de uma liderança democrata, partido que aprovou a ratificação do tratado de comércio livre com o Peru, mas que rejeitou acordo semelhante com a Colômbia, promete rever os termos do NAFTA e hesita em reduzir os privilégios concedidos ao setor agrícola. Como essa agremiação deverá manter o controlo do Legislativo, o mais provável é que a situação permaneça como está, em detrimento dos interesses da região.

Para além dessas questões, de interesse direto de alguns países latino-americanos, poucas mudanças há a se esperar da próxima administração americana. O próximo presidente terá, *grosso modo*, as mesmas prioridades em matéria geopolítica e de segurança que o anterior. A «guerra ao terrorismo», a crise do Iraque, a estabilidade do

Afganistão e a «ameaça» iraniana consumirão, como no caso de Bush, boa parte do tempo e das energias do novo governante americano.

Uma possível reversão desse quadro dependeria de conjunção improvável de fatores que devolvesse à região a importância estratégica de outrora. Uma deterioração extrema das relações com o Irão (ou mesmo com a Rússia), que levasse a eventual conflito no golfo Pérsico, passível de ameaçar a segurança energética dos EUA, poderia contribuir para tal cenário. A recente reativação da Quarta Esquadra americana (Atlântico Sul) seria, na opinião de alguns, prova cabal dessas más intenções. O mais provável, no entanto, é que a decisão de exumar a força naval tenha a ver com o combate ao tráfico de drogas, crescentemente feito por meio de submarinos, ou corresponda simplesmente a manobra administrativa do Comando Sul com vista a engordar a fatia que lhe cabe do orçamento do Departamento de Defesa.

Tudo considerado, portanto, a principal mudança na política americana para a América Latina poderá ser simplesmente a de atitude. Uma maior ênfase no pragmatismo, na disposição para o diálogo, no recurso aos mecanismos multilaterais regionais, na compreensão das complexidades e idiosincrasias de cada país e no respeito a seus interesses e posições poderão ajudar no relacionamento com uma região que, como boa parte do mundo, sofre de “Bush fatigue”.

Nesse terreno, Barack Obama e seu discurso sobre mudança levam clara vantagem sobre John McCain, cuja imagem está associada ao desgastado presidente. **RI**

## NOTAS

**1** Entre eles, o Presidente mexicano Fox e seu chanceler Jorge Castañeda, cuja popularidade sofreu grande desgaste em razão da defesa de um relacionamento privilegiado com a superpotência.

**2** Na primeira, iria à Argentina, para participar da Cúpula das Américas, com passagens pelo Brasil e Panamá. Na segunda, visitaria outra vez o Brasil, além de Uruguai, Colômbia, Guatemala e México.

**3** Ver, a respeito, Carlos da Fonseca “Fora dos Radares de Washington: As Relações Estados Unidos-América Latina e a Questão do ‘Déficit de Atenção’”, *Revista Política Externa*, Vol. 15:3, Dezembro 2007

**4** George H. W. Bush havia sido, além de vice-presidente de Ronald Reagan, diretor da CIA.

**5** Em várias entrevistas, bem como nos debates com Al Gore, George W. Bush defendeu uma política externa «humilde», condizente com a posição de setores majoritários do Partido Republicano, favoráveis a um recuo em relação à política de engajamento internacional praticada durante o Governo Clinton.

**6** POITRAS, Guy – «U.S. hegemony in the Americas after September 11». Estudo apre-

sentado por ocasião da conferência da International Studies Association, 2004, p. 14.

**7** A expressão, cunhada por Walter Russell Mead, é usada por Francis Fukuyama (2006) para referir-se a nacionalistas conservadores como Donald Rumsfeld e Dick Cheney.

**8** Como fica claro no segundo discurso de posse de Bush, de Janeiro de 2005, conhecido como «Freedom Speech» (<http://www.whitehouse.gov/inaugural/>).

**9** Segundo Teddy Roosevelt, responsável pelo «corolário» da doutrina que levaria seu nome.

**10** Segundo Woodrow Wilson, inspirador da versão moralista da doutrina.

**11** ERIKSON, Daniel P. – «Requiem for the Monroe doctrine». In *Current History*, Fevereiro de 2008, p. 60.

**12** Entrevista do autor com Marcela Sánchez.

**13** Especula-se que a retaliação de Washington tenha tomado a forma, no caso do Chile, de um atraso em ratificar o TLC firmado em Junho de 2003, e somente endossado pelo Congresso americano seis meses depois.

**14** Sigla de Central American Free Trade Organisation. Organização constituída por Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.

**15** JOHNSON, Stephen – «U.S. diplomacy toward Latin America: A legacy of uneven engagement». In *The Heritage Lectures*. N.º 895, Agosto de 2005, p. 2.

**16** SHIFTER, Michael – «Looking away as democracy dies». In *The Los Angeles Times*. 8 de Dezembro de 2004.

**17** SACHS, J. – «Call it our Bolivian policy of not-so-benign-neglect», in *Washington Post*, 26 de Outubro de 2003.

**18** LOWENTHAL, Abraham – «Lost continent: The US ignores a region in crisis». In *San Francisco Chronicle*, 27 de Julho de 2003.

**19** CASTAÑEDA, Jorge – «The forgotten relationship». In *Foreign Affairs*. Vol. 82, N.º 3, Maio de 2003, p. 75.

**20** JOHNSON, Stephen – «U.S. diplomacy toward Latin America: A legacy of uneven engagement». In *The Heritage Lectures*. N.º 895, Agosto de 2005, p. 3.

- 21** LOWENTHAL, Abraham – «Latin America needs help, not bromides». In *Los Angeles Times*, 9 de Agosto de 2002.
- 22** HAKIM, Peter – «Is Washington losing Latin America?». In *Foreign Affairs*. Vol. 85, N.º 1, Janeiro-Fevereiro de 2006, p. 39.
- 23** *Ibidem*.
- 24** *Ibidem*, p. 40.
- 25** JOHNSON, Stephen – «U.S. diplomacy toward Latin America: A legacy of uneven engagement», p. 4.
- 26** HAKIM, Peter – «Is Washington losing Latin America?», p. 40.
- 27** *Ibidem*, p. 41. Opinião semelhante foi compartilhada por acadêmicos latino-americanos, como fica claro na leitura de artigos em publicações acadêmicas como *Foreign Affairs en Español* (México), *Nueva Sociedad* (Venezuela), *Cuadernos Americanos* (México), *Estudios Internacionales* (Chile), assim como em seminários internacionais como, por exemplo, o seminário «El Futuro de las Relaciones Interamericanas: Escenarios Post 11 de Septiembre», organizado pela FLACSO (Chile) em Abril de 2002. Sobre os artigos acadêmicos, cf., em especial: MÁRQUEZ, Jesús Velasco – «América Latina en las plataformas de campaña». In *Foreign Affairs en Español*. Vol. 4, N.º 2, 2004; CASTRO, Rafael Fernández de – «La reelección de Bush: oportunidad para reactivar las relaciones». In *Foreign Affairs en Español*. Vol. 5, N.º 1, 2005; FUENTES, Claudio, e ARAVENA, Francisco Rojas – «El patio trasero. Estados Unidos y América Latina pos-Irak». In *Nueva Sociedad*. N.º 185, 2003; ZEA, Irene – «Estados Unidos y América Latina después del 11 de septiembre». In *Cuadernos Americanos*. N.º 95, 2002; MENDOZA, Maria de Lourdes Sánchez – «La agenda internacional de América Latina después del 11 de septiembre» – *Cuadernos Americanos*. N.º 95, 2002; HEINE, Jorge – «¿Qué pasó, Tío Sam? Los Estados Unidos y América Latina después del 11 de septiembre». In *Estudios Internacionales*. Vol. 35, N.º 138, 2002.
- 28** PATRIOTA, António de Aguiar – «O Brasil e a política externa dos EUA». In *Revista Política Externa*. Vol. 17, N.º 1, Junho de 2008, p. 102.
- 29** Entre os maiores defensores de uma aproximação estratégica com o Brasil nesse tema está o senador republicano Richard Lugar, que foi, até 2006, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Lugar já escreveu artigos sobre o tema na imprensa americana, um dos quais assinado em conjunto com o ex-embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur.
- 30** Lula no Brasil (2002), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Michelle Bachelet no Chile (2005), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), além do veterano Hugo Chávez na Venezuela e Raúl Castro em Cuba.
- 31** Promovida em 2002 pelo ex-agente da CIA Constantine Menges, a carta foi assinada por 50 congressistas. O eixo a que se fazia alusão era integrado por Cuba, Venezuela e Brasil, que acabara de eleger Luiz Inácio Lula da Silva.
- 32** Ainda que, por vezes, associado a uma grande dependência econômica, como no caso da Venezuela, que tem 46 por cento de suas exportações destinadas aos EUA.
- 33** Entre os principais estão os ACE 35 [Mercosul-Chile], 36 [Mercosul-Bolívia], 58 [Mercosul-Peru] e 59 [Mercosul-Venezuela, Colômbia e Equador].
- 34** Uma exceção, no caso do México, seriam os ACE 54 e 55, firmados com o Mercosul. Recentemente, o Presidente Correa chegou a propor a criação de uma Organização de Estados Latino-Americanos, que teria a finalidade de substituir a OEA, excluindo, na prática, EUA e Canadá do tratamento multilateral de temas políticos da região.
- 35** Sigla de Caribbean Community and Common Market, organização que integra vários estados caribenhos.
- 36** A Venezuela mantém em relação à região sua iniciativa «PetroCaribe» que, além de garantir petróleo a preços subsidiados, investe pesado em infra-estrutura de telecomunicações e de energia, bem como em segurança alimentar. Entre os países membros da ALBA, dois são do Caribe (República Dominicana e Cuba). Outros mais, como São Vicente e Granadinas, devem ingressar em breve. No caso do Brasil, que lidera as forças de paz no Haiti (MINUSTAH), cresce o interesse por uma aproximação com a região como um todo, como ficou claro nos recentes encontros entre os presidentes Lula e Golding (Jamaica), em Maio, e Lula e Fernandez (República Dominicana), em Junho, bem como no apoio à participação de Suriname e Guiana na UNASUL e no Conselho Sul-Americano de Defesa.
- 37** ERIKSON, Daniel P. – «Requiem for the Monroe Doctrine», p. 60.
- 38** Não menos surpreendente, embora mais limitada, é a aproximação com a Rússia e o Irão. Em 2004, Vladimir Putin renovou a cooperação com a região, virtualmente inexistente desde o colapso da URSS. Em visita ao México, tratou de um (impensável anos antes) acordo militar. Desde então, já esteve no Brasil, onde tratou de cooperação espacial, no Chile e na Guatemala. As exportações para a região, estagnadas em 300 milhões de dólares entre 1998 e 2001, aumentaram muito desde então. Somente as vendas de armas russas para a Venezuela alcançaram três bilhões de dólares em 2006. O caso do Irão é ainda mais significativo, dada a beligerância na sua relação com os EUA. A aproximação com a América Latina, embora ainda circunscrita a alguns países (como a Venezuela, com quem assinou cerca de 180 acordos desde 2001, e por quem foi convidado a ser observador na ALBA) é demonstração da crescente independência latino-americana em suas opções de política externa.
- 39** «The report makes clear that the era of the United States as the dominant influence in Latin America is over» (p. xi). [Disponível em: [http://www.cfr.org/content/publications/attachments/LatinAmerica\\_TF.pdf](http://www.cfr.org/content/publications/attachments/LatinAmerica_TF.pdf)].
- 40** SHIFTER, Michael – «The prospects for US/Latin American relations after a new US President takes office». In *Oxford Analytica*, 12 de Junho de 2008.
- 41** KAUFMAN, Susan – «The New Bush Policy» in *América Economía*, 15 de Julho de 2007.
- 42** HAKIM, Peter – «Conselhos para o novo Presidente dos EUA». In *O Estado de São Paulo*, 13 de Abril de 2008.
- 43** Envolvendo, essencialmente, a legalização dos cerca de 12 milhões de imigrantes ilegais que vivem hoje nos EUA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSHESKY, Charlene, e HILL, James T. (cords.) – «US-Latin America relations: A new direction for a new reality». In *Council on Foreign Relations*, Maio de 2008.

CASTAÑEDA, Jorge – «The forgotten relationship». In *Foreign Affairs*. Vol. 82, N.º 3, Maio de 2003.

DOMINGUEZ, Jorge I. – «U.S.-Latin American relations during the Cold War and its aftermath». In BULMER-THOMAS, Victor, e DUNKERLEY, James (eds.) – *The United States and Latin America: The New Agenda*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

ERIKSON, Daniel P. – «Requiem for the Monroe Doctrine». In *Current History*, Fevereiro de 2008, pp. 58-64.

HAKIM, Peter – «Is Washington losing Latin America?». In *Foreign Affairs*. Vol. 85, N.º 1, Janeiro-Fevereiro de 2006.

FUKUYAMA, Francis – *America at the crossroads: Democracy, Power and the Neoconservative Legacy*, New Haven, Yale UP, 2000.

HAKIM, Peter – «Conselhos para o novo Presidente dos EUA». In *O Estado de São Paulo*, 13 de Abril de 2008.

JOHNSON, Stephen – «U.S. diplomacy toward Latin America: A legacy of uneven engagement». In *The Heritage Lectures*. N.º 895, Agosto de 2005.

KAUFMAN, Susan – «The New Bush Policy» in *América Economía*, 15 de Julho de 2007.

LOWENTHAL, F. – *Partners in Conflict: The United States and Latin America in the 1990s*. Johns Hopkins University Press, 1990.

LOWENTHAL, Abraham – «Changing U.S. interests and policies in a new world». In HARTLYN, Jonathan, SCHULTZ, Lars, e VARAS, Augusto (eds.) – *The United States and Latin America in the 1990s: Beyond the Cold War*. The University of North Carolina Press, 1992.

LOWENTHAL, Abraham – «United States-Latin America relations at the century's turn: Managing the "intermestic" agenda». In FISHLOW, Albert, e JONES, James (eds.) – *The United States and the Americas*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1999.

LOWENTHAL, Abraham – «Latin America needs help, not bromides». In *Los Angeles Times*, 9 de Agosto de 2002.

LOWENTHAL, Abraham – «Lost continent: The US ignores a region in crisis». In *San Francisco Chronicle*, 27 de Julho de 2003.

PASTOR, Robert A. – *Whirlpool: U. S. Foreign Policy Toward Latin America and the Caribbean*. Princeton University Press, 1992.

PÁTRIOTA, António de Aguiar – «O Brasil e a política externa dos EUA». In *Revista Política Externa*. Vol. 17, N.º 1, Junho de 2008.

POITRAS, Guy – «U.S. hegemony in the Americas after September 11». Estudo apresentado por ocasião da conferência da International Studies Association, 2004.

SACHS, Jeffrey – «Call it our Bolivian policy of not-so-benign-neglect». In *The Washington Post*. 26 de Outubro de 2003.

SCHEMAN, L. Ronald – *Greater America: A New Partnership for the Americas in the Twenty-First Century*. Nova York: New York University Press, 2003.

SHIFTER, Michael – «Looking away as democracy dies». In *The Los Angeles Times*. 8 de Dezembro de 2004.

SHIFTER, Michael – «The prospects for US/Latin American relations after a new US President takes office». In *Oxford Analytica*, 12 de Junho de 2008.

TULCHIN, Joseph S. – «The United States and Latin America in the world». In *United States Policy in Latin America: A Decade of Crisis and Challenge*, University of Nebraska Press, 1995.

WIARDA, Howard – «American foreign policy toward Latin America in the post-Cold War era: A case of benign neglect?». In RULAND, Jurgen, HANF, Theodor, e MANSKE, Eva (eds.) – *U.S. Foreign Policy Toward the Third World: A Post-Cold War Assessment*. M. E. Sharpe, 2005.

## ENTREVISTAS E OUTRAS FONTES CONSULTADAS

U.S. Statistical Abstract (séries históricas 1965-2005).

Marcela Sánchez, *Washington Post* – entrevista concedida em 23 de Abril de 2003.

Karen De Young, *Washington Post* – entrevista concedida em 25 de Abril de 2003.

Peter Hakim, *Inter-American Dialogue* – entrevista concedida em 30 de Abril de 2003.